

O AMOR ESQUECIDO NA CIDADE DOS HOMENS

A cultura do século XX, sob influência dos projetos de sociedade aberta da elite anglo-americana, inaugurou uma era de desprezo e difamação contra a prática política e suas instituições. A prática de arquitetar projetos políticos na busca pelo bem comum da sociedade, e de conquistar a adesão pública a esse projeto, é quase criminalizada. Acusações de que projetos nacionais são intrinsecamente populistas, de que políticas de industrialização e a busca por interesses estratégicos são ilegítimos por impedirem a busca utópica por livre mercado, são elementos relativamente novos no discurso público e fundamentam a ofensiva tecnocrática do nosso tempo.

Em nome da apodíctica ciência econômica, deve-se expulsar a política de dentro do Estado e o Estado dos setores sociais que fundamentam a sociedade. O mais irônico nisso tudo é que, expulsando a política de dentro do Estado, a ordem política passou a ser burocrática; e, sem a política para dar contornos formais ao exercício do poder burocrático, ele se estendeu por todos os aspectos da vida humana.

O liberalismo, que prometia trazer o império da liberdade através da neutralização da política, acabou por criar um monstro burocrático que domina aspectos que a política jamais sonhou controlar. Isso tudo prometendo prosperidade, flexibilidade moral e liberdade para não responder diante do poder público.

Não há como fundamentar uma ordem política justa e voltada para o bem se existem grupos que querem viver à margem dessa ordem por motivos mesquinhos e hedonistas. Agostinho de Hipona, assistindo ao colapso civilizacional de Roma, traz uma sentença atemporal sobre o amor e a política:

“Dois amores, portanto, edificaram duas cidades: a terrena, o amor de si levado até o desprezo de Deus; a celestial, o amor de Deus levado até o desprezo de si.”

A ideia de que dois amores edificaram duas cidades não propõe uma teoria política nem descreve dois Estados opostos na história, muito menos um historicismo místico em que duas forças estão destinadas a disputar o poder. Ela estabelece um critério espiritual para compreender a vida humana em comum: “cidade” designa uma sociedade definida pela orientação fundamental do amor. Onde o amor se fecha em si mesmo e nas coisas temporais como fins últimos, forma-se a cidade terrena; onde o amor se ordena a Deus como bem supremo, forma-se a cidade celeste. Agostinho não está tentando descrever uma oposição entre Estados, poderes ou forças históricas, mas perspectivas, visões de mundo que fundamentam a cultura de impérios, países e cidades.

Por isso, as duas cidades não se distribuem no espaço nem se sucedem no tempo. Elas coexistem na mesma sociedade visível, participando das mesmas leis, dos mesmos governos e dos mesmos bens temporais. O que as separa é o modo como esses bens são assumidos: para uns, são finalidade em si; para outros, simples meios. Um mesmo ato pode pertencer a uma ou a outra cidade conforme a intenção do agente. Assim, não faz sentido identificar a cidade terrena com o Estado enquanto tal, nem a cidade celeste com a Igreja histórica. Ambas atravessam as instituições sem se confundirem com elas.

Lida corretamente, a doutrina dos dois amores preserva, ao mesmo tempo, a autonomia relativa da ordem temporal e sua insuficiência última. Sob as lentes de Agostinho, é fácil compreender os resultados do liberalismo, mesmo com suas promessas de paraíso terreno. A política não deve ser desprezada, mas fundamentada no amor ao próximo e no desejo de viver em uma cidade justa.

- **A cultura política contemporânea** criminaliza projetos nacionais e substitui prudência política por tecnocracia e “ciência” apodíctica.
- **Ao tentar neutralizar a política**, o liberalismo amplia o poder burocrático e espalha controle institucional por toda a vida social.
- **Em Agostinho**, os “dois amores” oferecem um critério espiritual para julgar a ordem temporal e recolocar a política sob a exigência do bem comum.

